



VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Ataque digital contra mulheres cresce no país

Casos registrados no Ligue 180 disparam 188% em um ano e transformam ambiente virtual em palco de agressões misóginas

» RAFAELA BOMFIM*

O avanço da violência contra mulheres no ambiente digital ganhou proporções inéditas no Brasil em 2026. Dados do Ministério das Mulheres mostram que a Central de Atendimento à Mulher — Ligue 180 registrou 16.725 ocorrências relacionadas a crimes praticados pela internet entre janeiro e maio deste ano. O volume representa um salto de 188,6% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram contabilizadas 5.795 denúncias. O crescimento acelerado fez com que o ambiente virtual passasse da 7ª para a 5ª posição no ranking dos principais locais de ocorrência de agressões denunciadas pelas vítimas no país.

Os registros abrangem uma série de crimes que têm se tornado cada vez mais frequentes nas plataformas digitais. Entre as situações comunicadas ao Ligue 180 estão ameaça, difamação, perseguição e stalking, invasão de contas em redes sociais, divulgação não autorizada de imagens íntimas, descumprimento de medidas protetivas, além do uso de ferramentas de inteligência artificial para produzir montagens de cunho sexual e deepfakes. Há, ainda, casos de violência sexual e estupro associados ao contexto digital.

Campanha

A escalada das ocorrências levou o Ministério das Mulheres a reformular os protocolos de atendimento da central e a intensificar ações de conscientização. Ontem, a pasta lançou a campanha “O digital é nosso lugar”, voltada para alertar a população sobre as diversas formas de violência que podem ocorrer na internet e incentivar as vítimas a denunciar os agressores. Desde o início de junho, as equipes responsáveis pelo atendimento do Ligue 180 também passaram por treinamentos específicos para identificar esses crimes e oferecer orientações adequadas às mulheres que procuram ajuda.

De acordo com informações do ministério, somente 30% dos contatos feitos ao Ligue 180 resultam

Ascom/MMulheres



Ministra Márcia Lopes reúne representantes da sociedade civil para debater o aumento exponencial de casos de violência contra mulheres na internet

em denúncias formais. A maior parte das ligações tem como objetivo buscar orientações e compreender se determinadas situações configuram violência.

Segundo a coordenadora-geral do serviço, Ellen Costa, muitas vítimas ainda têm dificuldade em reconhecer os abusos praticados no ambiente virtual. Por isso, uma das prioridades das atendentes é esclarecer os direitos das mulheres e incentivar a quebra do silêncio.

Além do acolhimento, a central fornece orientações sobre a preservação de provas digitais, procedimento considerado fundamental para o andamento das investigações. As vítimas recebem informações sobre como armazenar mensagens, fazer captura de tela e outros registros eletrônicos, além de serem orientadas sobre a possibilidade de solicitar a retirada de conteúdos ofensivos

das plataformas e sobre os caminhos para formalizar denúncias às autoridades policiais.

Negras e vulneráveis

Os dados mais recentes disponíveis sobre o perfil das vítimas revelam que as mulheres negras são o alvo majoritário da violência digital. Em 2025, elas responderam por 48% dos registros feitos ao Ligue 180. Na sequência, aparecem as mulheres brancas, com 34,2% das ocorrências. O levantamento mostra, ainda, que 50,8% das vítimas têm entre 25 e 49 anos de idade, indicando maior incidência dos casos entre mulheres em idade economicamente ativa.

Outro aspecto revelado pelas estatísticas é a vulnerabilidade socioeconômica das vítimas. Cerca de 46% das mulheres que

procuraram a central estavam sem rendimento ou tinham renda equivalente a até um salário-mínimo. O dado evidencia que a violência digital está atingindo, principalmente, mulheres em condições de vulnerabilidade e reforça a necessidade de ampliar as políticas públicas de proteção e acolhimento.

Para a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, o crescimento das notificações demonstra tanto o fortalecimento do Ligue 180 quanto a importância de ampliar o combate à subnotificação. Segundo ela, muitas mulheres ainda desconhecem que determinadas práticas configuram violência e, por isso, deixam de buscar ajuda. A ministra avalia que o aumento dos registros também reflete o aumento da confiança da população nos canais de atendimento e uma maior visibilidade dada ao tema nos últimos anos.



Ouvia-se muito que a internet era um território sem lei. À medida que o mundo e a nossa vida se dão nessa esfera, precisamos de um ambiente seguro. O que é crime no mundo offline (real) precisa ser crime no mundo digital”

David Almansa,
diretor Secom/PR

“Não tem sido fácil enfrentar de perto essa violência contra as mulheres em todos os níveis, em todos os segmentos, em todos os setores, em todo o território nacional, seja na área urbana ou rural”, lamentou a ministra.

Em conversa com jornalistas, em São Paulo, Márcia Lopes destacou, ainda, a importância da aprovação do projeto de lei que criminaliza a misoginia, atualmente em análise na Câmara dos Deputados. Na avaliação da ministra, a proposta é estratégica para ampliar os instrumentos de enfrentamento aos crimes praticados contra as mulheres, especialmente aqueles cometidos no ambiente virtual. Ela argumenta que a tipificação pode fortalecer campanhas educativas e contribuir para mudanças culturais relacionadas à violência de gênero.

Diante do crescimento expressivo dos casos, o Ministério das Mulheres reforça que o Ligue 180 funciona como uma porta de entrada para a rede de proteção e atendimento. O serviço é gratuito e está disponível em todo o território nacional, oferecendo acolhimento, informações e encaminhamento para os órgãos responsáveis. A avaliação da pasta é que a rápida expansão da violência digital exige uma atuação permanente do poder público e uma maior conscientização da sociedade para impedir que a internet se transforme em mais um espaço de reprodução das agressões contra as mulheres.

O diretor do Departamento de Proteção de Direitos na Rede e Educação Midiática da Secretaria de Comunicação do Paraná, David Almansa, defendeu a urgência de regraento para o ambiente digital. “Cuidamos de estabelecer que todos os direitos constituídos desde a Constituição de 1988 tenham validade no ambiente digital. Há pouco tempo, ouvia-se muito que a internet era um território sem lei. À medida que o mundo e a nossa vida se dão nessa esfera, precisamos de um ambiente seguro. O que é crime no mundo offline (real) precisa ser crime no mundo digital”, disse Almansa, após reunião com a ministra Lopes e influenciadoras digitais, na capital paulista.

ATAQUE HACKER

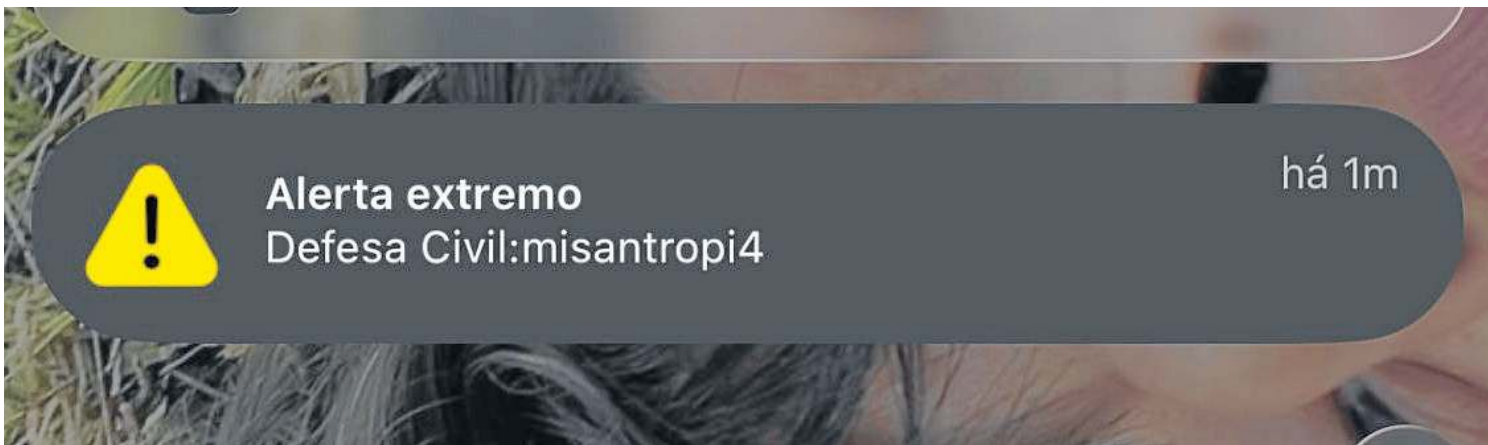
Falso alerta expôs fragilidades do sistema da Defesa Civil

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Por volta de 1h30 da madrugada de sábado (22/06), moradores de seis estados receberam um alarme de evento natural extremo acompanhado do termo “misanthropia”, que significa aversão ou desprezo pela espécie humana. O sinal sonoro foi emitido pelo sistema de emergência “Defesa Civil Alerta”. O órgão informou que o sistema foi temporariamente suspenso e que o comando foi disparado por um usuário externo.

Stefano Levorato, cofundador da Sociedade Brasileira de Inovação (SBI) e especialista em Inteligência Artificial explica que a tecnologia da Defesa Civil para disparo de alertas utiliza o “cell broadcast” (transmissão via celular) para enviar avisos emergenciais para antenas telefônicas. “Essa tecnologia conversa com os aparelhos celulares. Esse é o modelo mais intenso, que, independentemente da configuração do telefone, recebe essa mensagem e dispara o som. O celular fica disparando esse som

Material enviado ao Correio



Mensagem enviada de madrugada a celulares do DF, PR e RJ gerou revolta e afetou a credibilidade do sistema que é usado em várias partes do mundo

até que alguém toque ou faça alguma ação no telefone”.

De acordo com Levorato, o mecanismo funciona, principalmente, para a notificação de desastres climáticos. Ele explica que o sistema é amplamente utilizado em outros países. “Nosso país já passou por diversos incidentes climáticos. Um sistema como esse, realmente,

pode salvar vidas e deve ser, sim, utilizado”, comenta.

Ele argumenta que uma das maiores vulnerabilidades é a falta de confiança da população na nova tecnologia. Segundo ele, o papel do Estado neste momento é explicar aos cidadãos qual a importância da rede de alertas e como funciona o alarme via telefone celular.

“Para nós, essa perda da credibilidade é uma questão muito importante. Nós esperamos que as entidades responsáveis por esse sistema tratem isso com a seriedade que merece e divulguem as tratativas, as investigações que eles realizem e os resultados dessas investigações para que a população esteja ciente. Com certeza, aconteceu

algo de errado, mas é preciso que fique claro que não vai acontecer mais”, defende o especialista.

Levorato explica que, por ser algo novo no país, ainda é preciso mais estudos sobre o sistema de alarme. “Com toda inovação surgem aprendizados. Nem toda inovação é perfeita logo no seu início, uma nova tecnologia pode ter pontos

de melhoria. Isso é algo recorrente, normal, natural do processo de inovação. A melhor maneira para que essas inovações possam evoluir é a partir da comunicação entre as pessoas que estão envolvidas nesse universo, para se juntarem e criarem essas novas soluções”, diz.

Perigo cibernético

Dados do Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR. Gov), vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), registrou 6.774 incidentes cibernéticos até o 31 de maio, número que corresponde a 45 incidentes por dia, em média.

O levantamento mostra, ainda, que, apenas neste ano, foram contabilizados 20.780 casos de incidentes e vulnerabilidades no sistema. Em 2025, esse número ficou em 18 mil. Em 2023 e 2024, os casos registrados não passaram de 15 mil a cada ano.

*Estagiárias sob a supervisão de Vinícius Doria